



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PROTAGONISTA DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO DE EXTENSÃO DIREITO INTERGERACIONAL E TRANSVERSALIDADE DA UNIVALI

EXTENSIÓN UNIVERSITARIA COMO PROTAGONISTA DE LA EDUCACIÓN EMANCIPATORIA: EXPERIENCIAS DEL PROYECTO DE EXTENSIÓN DE LA LEY INTERGERACIONAL UNIVALI

UNIVERSITY EXTENSION AS THE PROTAGONIST OF AN EMANCIPATORY EDUCATION: EXPERIENCES OF THE INTERGENERATIONAL LAW AND TRANSVERSALITIES EXTENSION PROJECT OF UNIVALI

Fernanda Pereira Labiak¹

Melissa Mendes de Novais²

Ariella Cappellari Nunes³

Matheus Oliveira da Silva⁴

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o papel da extensão universitária na educação emancipatória das(os) acadêmicas(os) e na disseminação de conhecimentos na comunidade. Para tal, foi feita a análise qualitativa dos dados coletados a partir das atividades realizadas pelo projeto de Extensão Direito Intergeracional e Transversalidade, do campus São José (SC), da Universidade do Vale do Itajaí, no segundo semestre de 2019, em que se trabalhou a temática intitulada o enfrentamento à

¹ Psicóloga pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela UFU e mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Coordenadora de atividades do Projeto de Extensão Direito Intergeracional e Transversalidade. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Teoria Crítica.

² Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito Santo André. Pós-graduada em Direito Público pelo Centro Universitário FIPMoc. Mestra em Teoria e História do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Coordenadora de atividades do Projeto de Extensão Direito Intergeracional e Transversalidade. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Teoria Crítica.

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Estagiária do Projeto de Extensão Direito Intergeracional e Transversalidade.

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Estagiário do Projeto de Extensão Direito Intergeracional e Transversalidade.

violência de gênero, por meio de oficinas, palestras e cine debates realizados com a comunidade. A partir da análise dos dados foi possível refletir a importância do papel da extensão no diálogo entre universidade e comunidade, apresentando os impactos para os sujeitos envolvidos nas ações extensionistas realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Relações multidisciplinares e interprofissionais. Relação universidade-extensão-comunidade. Educação emancipatória. Violência contra a mulher.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar el papel de la extensión universitaria en la educación emancipadora de los académicos y en la difusión del conocimiento en la comunidad. Con este fin, se realizó un análisis cualitativo de los datos recopilados de las actividades llevadas a cabo por el proyecto de Extensión y Transversalidad del Derecho Intergeneracional, del campus de São José (SC), de la Universidad de Vale do Itajaí, en la segunda mitad de 2019, en el que trabajamos el tema titulado la violencia de género, a través de talleres, conferencias y debates cinematográficos celebrados con la comunidad. A partir del análisis de datos, fue posible reflejar la importancia del papel de la extensión en el diálogo entre la universidad y la comunidad, presentando los impactos para los sujetos involucrados en las acciones de extensión llevadas a cabo.

PALABRAS-CLAVE: Relaciones multidisciplinares e interprofesionales. Relación universidad-extensión-comunidad. Educación emancipadora. Violencia contra la mujer.

ABSTRACT

The present work aims to present the role of university extension in the emancipatory education of academics and in the dissemination of knowledge in the community. To this end, a qualitative analysis of the data collected from the activities carried out by the Intergenerational Law Extension and Transversality project, of the São José campus (SC), of the University of Vale do Itajaí, was carried out in the second half of 2019, in which we worked the theme entitled tackling gender-based violence, through workshops, lectures and cine debates held with the community. From the data analysis it was possible to reflect the importance of the role of extension in the dialogue between university and community, presenting the impacts for the subjects involved in the extension actions carried out.

KEYWORDS: Multidisciplinary and interprofessional relations. University-extension-community relationship. Emancipatory education. Violence against women.

* * *

*Até você se tornar consciente da violência produzida em decorrência do gênero, os processos constituídos social e culturalmente irão dirigir sua vida, e você vai chamá-los de destino.
Conscientizar-se é o caminho!*
Fernanda Pereira Labiak

Introdução

Nos cursos de direito é comum que a extensão seja concebida sob a perspectiva da judicialização. A prática jurídica vista fundamentalmente a partir do ajuizamento de ações, elaboração de petições e contratos ocorrem após o surgimento dos conflitos e, muitas vezes, geram novos conflitos. Quando a extensão é concebida sob o prisma da resolução de conflitos, a questão da violência contra a mulher tende a se restringir à assistência jurídica às mulheres vítimas de violência ou à orientação e informação à sociedade sobre quais os mecanismos jurídicos e institucionais podem ser acionados em caso de violência.

Ocorre que essa forma de se fazer extensão apresenta pelo menos três limitações: primeiro, o assistencialismo que em larga medida marca esse tipo de prática extensionista; segundo, a atuação dentro de uma lógica de remediação do conflito, sem procurar atuar de forma a evitar que tais conflitos surjam; e terceiro, a individualização da responsabilização no contexto de uma violência que constitui expressão de uma realidade de dimensões estruturais.

Procurando romper com essas limitações, o projeto de Extensão Direito Intergeracional e Transversalidade do campus Kobrasol, em São José (SC), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) buscou trabalhar noções de cidadania e direitos humanos no que tange à violência em decorrência do gênero⁵ (violência contra a mulher), propondo entendimentos e percepções, por meio de atividades interativas voltadas à sensibilização de crianças, de adolescentes e de adultos como cidadãos e protagonistas de seu mundo e de sua história, sem perder de vista a perspectiva emancipatória e comunitária como forma de incentivo à construção de uma cidadania ativa e participativa para que, uma vez incentivados a se organizar e interferir positivamente no meio em que estão inseridos, possam modificá-lo.

No intuito de possibilitar a formação do profissional cidadão e propor ações para a construção do conhecimento significativo, a fim de superar as desigualdades sociais existentes nos espaços em que as atividades do projeto de extensão Direito Intergeracional e Transversalidade intentou abranger, suas ações foram realizadas em escolas pública e privada. Assim, pôde ser promovida com maior êxito, uma prática

⁵ Como será trabalhado no decorrer do texto, a violência de gênero não se confunde com a violência contra mulher. No projeto de extensão, contudo, foi dada uma atenção maior à principal forma de manifestação da violência de gênero, a violência contra a mulher.

acadêmica que interligasse a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da população.

As atividades foram voltadas para discutir, na esfera dos direitos humanos, a violência em decorrência do gênero, com ênfase para a violência contra a mulher, bem como o papel da Universidade e da escola como espaços privilegiados para promoção de políticas públicas orientadas para a prevenção e enfrentamento desse tipo de violência. Com isso, pôde-se estruturar uma das principais funções sociais da Universidade que é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, formulando práticas pedagógicas participativas e emancipadoras. É fundamental que a Universidade esteja presente na formação do cidadão, dentro e fora de seus muros e a extensão é o instrumento que pode articular o ensino e a pesquisa para ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na sociedade (SOUSA, 2000; MENDONÇA; SILVA, 2002).

Dada a importância dessa relação, cabe reafirmar que a Universidade tem na extensão uma interação dialógica entre os sujeitos da comunidade acadêmica e de comunidades diversas como parte de um amplo processo de democratização. Isto é, a Universidade influencia e também é influenciada pela comunidade, porque a extensão possibilita uma troca de conhecimentos, cultura, valores entre a Universidade e o meio.

Nesse sentido, este artigo parte de uma perspectiva freiriana da extensão como comunicação, a fim de demonstrar a importância do diálogo entre a Universidade e a comunidade⁶. Além disso, discute-se o papel da extensão enquanto processo educativo e o seu potencial transformador, bem como a sua particular relevância na prevenção da violência de gênero. A judicialização aliena os sujeitos da resolução autônoma dos conflitos e individualiza um problema que é estrutural, por isso a atuação nas escolas procura subverter essa lógica, recorrendo a uma prática extensionista dialógica.

A extensão, portanto, pode ser considerada essencial na formação acadêmica, na qualificação de professores e no intercâmbio com a sociedade, implicando em relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais. A relação do conhecimento teórico e prático direciona a qualidade das experiências das pessoas em processo de formação pelas Universidades, uma vez que essa qualidade depende, diretamente, do

⁶ Num contexto, como o atual, de profusão do anti-intelectualismo e ataque obscurantista às universidades, a extensão/comunicação também funciona como forma de luta pela sobrevivência da Universidade, no sentido de dar visibilidade a sua relevância social para todas e todos.

nível de desenvolvimento, equilíbrio e harmonia entre pesquisa, ensino e extensão da Universidade.

Para tanto, pretende-se com este estudo ressaltar a importância da extensão universitária por meio da apresentação da percepção das docentes, das/os acadêmicas/os e do público participante das atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Direito Intergeracional e Transversalidade acerca da temática abordada, violência de gênero com ênfase na violência contra a mulher, sob o prisma do desenvolvimento da cidadania e da construção de saberes em direitos humanos.

A escolha de trabalhar a temática violência de gênero justifica-se pelo fato de que a violência letal em relação às mulheres é apenas a face mais evidente de um conjunto amplo de violências que elas sofrem e que são, em larga medida, naturalizadas pelo que bell hooks define como o sexismo sistemático institucionalizado, o patriarcado (HOOKS, 2018). Ademais, quando não se promove diálogos de conscientização sobre o assunto, acaba-se por reforçar o caráter estrutural e estruturante da violência contra as mulheres, invisibilizando as diversas formas de violência sofridas por elas e que têm aumentado com o passar do tempo.

No Brasil, cerca de 27 a 29% das mulheres sofreram algum tipo de violência psicológica, física e assédio entre 2017 e 2019 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Para superação dessa realidade, mais que a mobilização do sistema de justiça e acolhimento da vítima, é fundamental que se desenvolvam estratégias de prevenção que procurem enfrentar as causas de uma estrutura que em última instância resultará na violência física e no feminicídio. É necessário “incluir um componente que busque suas raízes culturais e a necessidade de desconstrução das normas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 6). Diante disso, far-se-á necessário atuar nas fontes sociais de reforço da violência de gênero, promovendo a conscientização e provocando reflexões e questionamentos de práticas sexistas naturalizadas e legitimadas pelo senso comum.

Com vistas a atingir o objetivo proposto neste estudo, foram analisadas as respostas ao questionário estruturado, elaborado pelas(os) extensionistas mediadoras(es) como instrumento para uma autoavaliação em torno da atividade mediada – prática comumente adotada na docência como forma de receber feedback do trabalho desenvolvido – e viabilizar as(aos) extensionistas mediadoras(es) a possibilidade de

avaliar os entendimentos e as percepções das(os) extensionistas mediadas(os) em torno da temática proposta. Foi utilizado a técnica Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para categorizar e prover a análise dos dados oriundos do questionário e a perspectiva empenhada nesta análise foi qualitativa, uma vez que os dados foram explorados a partir de aspectos (opiniões, pontos de vista, significados e relato de experiências) apontados pelas(os) envolvidas(os) nas atividades de extensão do projeto Direito Intergeracional e Transversalidade.

Violência em decorrência do gênero: origem e enfrentamento

A atenção em torno da violência contra mulher tem estado em evidência na atualidade devido ao crescente número de vítimas em todo o país. O índice de feminicídio é alarmante, mas cabe lembrar que este representa o desfecho mais extremo da violência contra a mulher. De acordo com o Mapa da Violência de 2015, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), o Brasil é o 5º país no mundo – em um grupo de 83 – que se matam mais mulheres, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres (WASELFISZ, 2015).

No ano de 2017, 4.936 mulheres foram assassinadas, indicando uma média de cerca de 13 assassinatos por dia. Esse foi o maior número registrado em 10 anos. O relatório apresentado pelo Atlas da Violência indica que no período de análise (2007-2017) houve um crescimento expressivo no número de homicídios de mulheres no país: de 30,7%. Em relação ao último ano da série, houve um aumento de 6,3% no número de homicídios de mulheres (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

A violência contra a mulher possui raízes que estão intimamente relacionadas com aspectos históricos, culturais e sociais, por isso mesmo, se encontra inserida de maneira estrutural em todos os indivíduos, de tal modo que pode ser percebida nas diferentes classes econômicas, religiões, idades e raças, tendendo a acontecer com maior intensidade no ambiente familiar e doméstico, reproduzindo padrões estruturantes do patriarcado.

Por se tratar de algo tão intrínseco à forma com que as relações sociais e familiares se constituem em nossa sociedade, a violência de gênero é, na maior parte das vezes, naturalizada e ocorre de forma cíclica. Um meio de enfrentá-la seria conhecendo

e entendendo suas bases, origens e estruturas, para que a criminalização e a punição não sejam as únicas formas de enfrentamento.

A violência de gênero é “[...] uma relação de poder, de dominação do homem e de submissão da mulher” (TELES; MELO, 2002, p. 12). Essa relação é posta de tal modo que ao homem é reservado todo o poder e à mulher cabe o papel de submissão. Isso é fortemente endossado por uma construção sócio-histórica baseada no movimento masculino em que as mulheres são “coisificadas”, ou seja, as mulheres têm sua condição de sujeito negada e, em seu lugar, é imposta a de objeto (VIZA; SARTORI; ZANELLO, 2017), de algo que pode ser possuído, adquirido, controlado, negado, ignorado, violado e posto à sujeição de desejos, vontades e projeções masculinas. Nesse sentido, “[...] os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas” (TELES; MELO, 2002, p. 12).

É primordial ressaltar que o fato de a violência contra a mulher ser naturalizada estruturalmente não é indicativo de ser algo natural. A subjugação feminina e todos os seus efeitos colaterais de posse, controle, desvalorização e violência não encontra suas raízes em questões biológicas, de força ou fraqueza, sequer de evolução ou sobrevivência da espécie. Ao contrário, é um conjunto de práticas e ações permeadas por gerações, que atravessam a todos de maneira intrínseca e, portanto, faz da violência de gênero “[...] uma questão social construída historicamente numa relação de poder em que há a subjugação da mulher” (VIZA; SARTORI; ZANELLO, 2017, p. 188). Assim,

[...] as violências resultantes do exercício desigual do poder entre homem e mulher passam a ser definidas como violência de gênero, e esta como uma categoria mais geral de violência, em que estariam inseridas as outras violências sofridas pelas mulheres: violência doméstica, violência conjugal, assédio moral e sexual, tráfico de mulheres, estupro, violência familiar (VIZA; SARTORI; ZANELLO, 2017, p. 121).

A violência de gênero, portanto, abrange todas as violências sofridas pelas mulheres, devido à desconstrução de sua condição de sujeito em favor de uma condição de objeto frente ao poder dos homens. Dessa forma, é uma construção e fenômeno social, no qual “as pessoas têm a corresponsabilidade de participar do movimento de

ruptura da violência” (VIZA; SARTORI; ZANELLO, 2017, p. 163), porque, afinal, somos seres humanos capazes de pensar e refletir para agir com base na primazia do respeito, a fim de instituir uma sociedade em que os direitos e os deveres possam ser para todas e todos.

Cabe ponderar que o enfrentamento da violência contra a mulher carece ser feito de maneira coletiva, envolvendo diversas áreas do conhecimento, instâncias e instituições sociais para que, a partir de ações educativas e de conscientização, haja desconstrução dos papéis sociais dos homens e das mulheres vigentes na contemporaneidade. Isso porque a tendência de se atacar as consequências ou os resultados mais visíveis da violência coloca as medidas punitivas em um papel de destaque no enfrentamento da violência. Ora, se não houver o diálogo e orientações que possibilitem a criticidade e a sensibilização do problema, como o sujeito pode internalizar e se conscientizar de seus atos?

Ações direcionadas ao agressor, de maneira individual e sob uma perspectiva unicamente punitivista, tendem a não possuir eficácia, pois, além de penalizar sem nenhum caráter educativo, ignoram o fato de que a violência de gênero acontece de modo coletivo e a sociedade patriarcal é, de certo modo, cúmplice do agressor, ao perpetuar os papéis desiguais de gênero. Nesse sentido,

a intervenção por meio do Direito individualiza o conflito ao situar em polos opostos a vítima e o agressor. Deste modo, torna invisível a intervenção da cultura patriarcal que é determinante para o surgimento dos conflitos de gênero. Ora, se o juiz não pode chamar à lide o machismo e condenar a cultura patriarcal, a educação intervém sem individualizar os conflitos. A reflexão crítica sobre os valores culturais está no centro dos processos. Por essa razão, a educação de e para o gênero é muito mais eficaz do que o recurso ao direito, em projetos que visam a erradicar a violência doméstica (SABADELL; PAIVA, 2019, p. 17).

Para tanto, é importante a compreensão da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, que alerta para uma educação voltada ao respeito às diferenças de gênero na sociedade. Apesar de ser frequentemente vista sob o prisma da criminalização, ela também contempla estratégias para coibir a violência contra a mulher como a proteção das vítimas, a responsabilização do(a) agressor(a) e a prevenção por meio da educação e da conscientização.

Por essa razão, um dos avanços da Lei Maria da Penha é a visibilidade social da violência doméstica e familiar e o reconhecimento da Lei como instrumento de

defesa das mulheres. Trata-se de um gradativo reconhecimento de que a violência não é um problema doméstico e privado, e que há outras formas de violência outrora não conhecidas por parte da população como a violência emocional, patrimonial e a violência sexual nas relações conjugais (PASINATO; LEMOS, 2017).

Ademais, é importante trazer reflexões sobre o feminismo para entender a origem da opressão e os caminhos que podem ser percorridos para que essa opressão seja abolida. Considerando as diversas vertentes do feminismo que se estabelecem na contemporaneidade, buscar-se-á ponderar a perspectiva marxista, vertente que embasou o estudo sobre/da violência em decorrência do gênero, que está inerente à sociedade capitalista e encontra-se presente na vida de todas e todos.

Embora a violência contra mulher esteja fundada no “ser mulher”, independentemente de onde essa mulher se encontre, a violência de gênero é também atravessada por outras formas de opressão envolvendo raça, classe, sexualidade, deficiência, nacionalidade, etc. Essas múltiplas formas de opressão que se interseccionam conferem à violência contra a mulher especificidades a depender de como essas opressões se entrecruzam. O índice bem mais elevado de violência contra mulheres negras e mulheres trans, por exemplo, revelam o caráter interseccional da violência.

Como o feminismo negro destaca, a categoria “mulher” não é universal e a pretensão de universalidade oculta as distintas formas pelas quais as mulheres vivenciam a experiência do “ser mulher”. No caso das mulheres negras, além do recorte estrutural de gênero, também está em questão o racismo. São duas opressões que se sobrepõem e que ajudam a explicar os dados referentes ao crescimento da taxa de homicídios de mulheres não negras de 4,5% entre os anos de 2007 a 2017, enquanto neste mesmo período, a taxa de homicídio das mulheres negras aumentou em 29,9%. Ao observar os dados pelo prisma geral é possível identificar que “a desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 38-39).

Entre as demais desigualdades, a diferença de remuneração pelo trabalho também é fortemente associada com o gênero e com a raça. Como consta em dados trazidos por Borges e Maia (2017), dentre os maiores rendimentos regionais, destacam-se os municípios do Sul e do Sudeste. Nacionalmente, os dados do IBGE (2018)

comprovam que as mulheres negras recebem menos da metade da remuneração dos homens brancos (44,4%), mostrando que entre as funções na base da pirâmide salarial, encontra-se a mulher negra precarizada e que constitui a maior parcela do grupo social.

Isso conduz a colocar em questão a realidade concreta da vida das mulheres brasileiras e para poder perceber a unidade intrínseca entre as diversas formas de opressão. Em lugar de sistemas autônomos, como racismo, patriarcado e capitalismo, o que se faz presente são partes de uma unidade. E, Arruzza (2015) se refere como sendo teoria da unidade, a qual “parte da premissa de que a opressão de gênero não corresponde a um sistema autônomo e dotado de causas próprias, mas que se tornou através de um longo processo histórico de dissolução das precedentes formas de vida social, parte integrante da sociedade capitalista” (ARRUZZA, 2015, p. 34).

A teoria unitária aponta para as relações estruturais entre o capitalismo e as opressões de gênero. Segundo Arruzza (2015), embora a opressão de gênero não tenha se originado com o capitalismo, as formas assumidas por essa opressão não foram sempre as mesmas. Afirmar o contrário seria naturalizar a opressão de gênero. “De fato, não apenas a opressão de gênero nem sempre existiu, como não existiu em várias sociedades sem classe, onde a opressão de gênero foi introduzida pelo colonialismo” (ARRUZZA, 2015, p. 46).

O trabalho doméstico e reprodutivo invisibilizado faz parte da estrutura do modo de produção capitalista que relega todo o trabalho chamado reprodutivo – não apenas em sentido biológico, como a gestação, mas também em sentido de reprodução diária da vida, como o trabalho doméstico e de cuidado – ao gênero feminino. Ao mesmo tempo em que é renegado, esse trabalho é também essencial na medida em que sustenta a produção da força de trabalho em sentido amplo. A reprodução social responde ao imperativo de produção de pessoas, e abrange “atividades que sustentam seres humanos como seres sociais *corporificados* que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 106). A teoria unitária procura, portanto, afirmar “ser capaz de interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou na orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo” (ARRUZA, 2015, p. 57).

A violência de gênero integra a estrutura básica da sociedade capitalista e está relacionada com a divisão social entre a produção de pessoas (reprodução social) e a

obtenção de lucro. Trata-se de uma divisão aparente, na qual o capitalismo atribui o trabalho reprodutivo às mulheres e o produtivo aos homens, hierarquizando essas formas de trabalho. Ao mesmo tempo que hierarquiza, também o reveste de uma romantização, uma vez que o trabalho que as mulheres e mães fazem “por amor” é trabalho não pago e não reconhecido. Mesmo quando remunerado, o trabalho doméstico é considerado subemprego. Somente em 2015 as trabalhadoras domésticas, majoritariamente mulheres negras, puderam ter acesso a direitos trabalhistas básicos.

Os trabalhos de cuidado não pagos e mal remunerados são generificados e racializados e possuem grande relevância econômica, a despeito de sua invisibilização e desvalorização. Segundo relatório da Oxfam, mulheres e meninas em todo o mundo “dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado – uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global. Isso dá mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo” (OXFAM, 2020).

Além disso, a violência de gênero assume em certas ocasiões o caráter de técnica de controle. Um exemplo, é o estupro como arma de guerra e como instrumento de subjugação e de poder utilizado por atores institucionais, que se aproveitam da condição que as mulheres ocupam na sociedade. A violência “privada” e a pública dependem uma da outra, já que o projeto de inferiorização da mulher a torna mais vulnerável e exposta a essas situações.

Em suma, as diversas formas de violência estão ligadas estruturalmente ao modo de sociabilidade capitalista, “pois é apenas por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue se sustentar com perfeição” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 65). Ao reconhecer a relação intrínseca entre a violência e a sociedade capitalista, a consequência é que, sem atacar a raiz, não é possível impedir o crescimento das diversas formas de violência. Em outros termos, uma luta feminista contra a violência de gênero deve ser uma luta anticapitalista. Se quiser contemplar a maioria das mulheres e, com elas, todos os sujeitos oprimidos e explorados, o feminismo deve “associar a luta contra a violência de gênero ao combate a todas as formas de violência na sociedade capitalista e contra o sistema social que as sustenta” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 65).

Partindo do reconhecimento de que a violência de gênero não é homogênea, pois as mulheres não o são, é necessário que a libertação das mulheres e a luta contra a

opressão de gênero não possa se dissociar de todas as lutas contra a opressão. Separar as lutas é limitar o alcance da emancipação das mulheres e almejar a libertação de apenas algumas categorias de mulheres. Quando se luta pela libertação das mulheres sem se lutar contra o racismo, o resultado será a libertação apenas das mulheres brancas. Se a essas lutas não se somar as lutas por melhores condições de trabalho, o resultado será um feminismo que não contempla as violências sofridas pelas mulheres trabalhadoras e as particularidades dessas violências. Se a luta contra o capacitismo não for também pauta de reivindicação, as mulheres com deficiência estarão excluídas. A luta feminista deve ser uma luta pela maioria das mulheres.

Ao se resgatar a tese da totalidade, se pretende reconhecer que o capitalismo não funciona apenas como um “conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015, p. 38). Lutar contra essas relações está estruturalmente vinculada à luta contra o capitalismo. Nas palavras de Petrone (2019), “[...] em todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela” (PETRONE, 2019, p. 12).

Não se trata, porém, de colocar o feminismo como voltado apenas para as mulheres, mas para todas as pessoas que sofrem qualquer forma de opressão, afinal, a conquista pela igualdade não se faz em meio a condições precárias de trabalho por exemplo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Para Davis (2017) é importante que as mulheres possam erguer-se enquanto sobem, esse deve ser o lema para governar as lutas autênticas de todas as pessoas despossuídas, pois é necessário subir de modo a garantir que todas(os) subam em conjunto.

Nesse sentido, ao se discutir a violência de gênero, deve-se compreender que na intersecção de gênero com classe social, raça e sexualidade, outros sujeitos se tornam também vulneráveis à violência, por exemplo, sujeitos LGBTTI+, meninos e jovens frente a mulheres e homens adultos, etc. Entretanto, as mulheres constituem a grande maioria das vítimas de violência de gênero, e isso precisa ser denunciado e enfrentado de múltiplas formas, porém é importante primar que, mesmo vivendo em situação de violência, as mulheres continuam sendo sujeitos capazes de resistir e de agir frente a qualquer forma de opressão. E, é a capacidade de resiliência, de resistir, de agir, de se

reinventar diante de um contexto social-histórico marcado pela cultura do patriarcado, que justifica o investimento no empoderamento e na emancipação das mulheres.

À vista disso, a Teoria do Empoderamento que este trabalho se baseia, refere-se a perspectiva de Berth (2018), a qual defende que o empoderamento deve buscar mudanças nas estruturas das relações de poder, uma vez que o poder só existe de maneira justa quando é coletivo. Para a autora, essa teoria

[...] visa primordialmente a mudança social com rompimento ativo e processual, tanto coletivo quanto individual, com as estruturas de poder que foram articuladas para serem hierarquizantes à custa da escassez de grupos situados na base. Trata-se de uma antítese de uma visão liberal de dimensionamento meramente individual do empoderamento, uma vez que discute a partir de grupos sociais e transformações coletivas em grupos historicamente oprimidos por uma estrutura dominante (BERTH, 2018, p. 41-42).

O conceito de empoderamento tem sido capturado pelo discurso liberal que associa o empoderamento à superação individual e meritocrática de determinadas opressões sem confrontar as estruturas sociais que criam as opressões e assim segue “reproduzindo lógicas de opressões com outros grupos, em vez de se pensar *empoderamento* como pensar conjuntos de estratégias necessariamente antirracista, antissexistas e anticapitalistas” (BERTH, 2018, p. 40).

A teoria unitária, por sua vez, foi brevemente retomada a fim de colocar em questão os limites de uma atuação da extensão no campo do enfrentamento da violência contra a mulher. Embora se destaque a importância da conscientização e de práticas pedagógicas emancipatórias para a prevenção da violência, é importante reconhecer que a luta anticapitalista está intimamente relacionada ao enfrentamento da violência contra a mulher. Isso porque o movimento fundamental do capitalismo foi “separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-la ao segundo” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 51). Essa divisão sexual do trabalho renega e inferioriza o trabalho reprodutivo, o que constitui uma parcela relevante e fundamental da forma como a opressão de gênero é exercida na sociedade atual.

O trabalho da extensão de comunicar e problematizar esses papéis de gênero tende a contribuir para o empoderamento dos sujeitos envolvidos nas relações de gênero e para dirimir as desigualdades existentes, por isso trata-se parte fundamental, mesmo

que não suficiente, para o enfrentamento da violência contra a mulher, procurando atuar com outra lógica que não a da criminalização, uma vez que o sistema penal está comprometido com uma estrutura de punição patriarcal, altamente seletiva, destinada a alcançar pobres, negros e periféricos, ajudando, assim, a fomentar outras formas de opressão que também devem ser combatidas.

Socializando práticas de prevenção sobre violência de gênero

As atividades desenvolvidas no projeto de extensão buscaram abranger o âmbito dos direitos humanos, mais especificamente, da violência de gênero e contemplaram os objetivos: fornecer apoio e subsídios no processo social de conscientização e empoderamento de meninas e meninos nas instituições de ensino sobre a gradação da violência e o seu ciclo; promover a discussão crítica sobre as desigualdades entre gêneros; divulgar a Lei Maria da Penha; prevenir e coibir a violência contra a mulher por meio da educação nas escolas. Essas atividades foram materializadas em oficinas, palestras e cine debates com jovens do ensino médio e fundamental de escolas da rede pública e privada.

Os procedimentos metodológicos adotados para viabilizar as ações da extensão universitária e a comunidade, foram: a) oficinas mediadas por professoras da extensão com a finalidade de formar as(os) acadêmicas(os) do curso de direito para as atividades realizadas nas instituições beneficiadas; b) planejamento e estruturação das atividades realizadas nas instituições beneficiadas; c) realização das atividades de extensão nas instituições beneficiadas mediadas por acadêmicas/os e professoras participantes do projeto de extensão; d) compartilhamento com a comunidade acadêmica das atividades desenvolvidas nas instituições beneficiadas.

As atividades do projeto de extensão descritas neste estudo foram realizadas ao longo do segundo semestre de 2019, por meio de uma equipe composta por duas professoras universitárias com carga-horária individual de 5 horas-aulas, dois acadêmicas(os) bolsistas com carga horária individual de 10 horas semanais e dez acadêmicas(os) voluntárias(os) com carga horária individual de 20 horas-aula para realização da prática de extensão durante o semestre. Abrangeram três instituições (escolas da rede pública e privada) no intercâmbio dos saberes entre comunidade e Universidade, atingindo diretamente 663 pessoas e 1.989 pessoas indiretamente.

No que tange às atividades desenvolvidas nas instituições de ensino, as palestras abordaram as estatísticas da violência contra a mulher no Brasil, os tipos de violência (exemplo: as violências psicológicas, etc.), como identificar os relacionamentos abusivos e o que é o *revenge porn* (pornô de vingança) e suas consequências; as oficinas possibilitaram a construção de concepções, a partir da exposição de dados e de casos reais relacionados à violência contra a mulher, bem como os tipos de violências e como elas estão presentes em nosso cotidiano; e os cine debates abrangeram os filmes documentários intitulados: “O Silêncio dos Homens” dirigido por Ian Leite e Luiza de Castro e produzido por Papo de Homem e Instituto PdH em 2019, que propõe reflexões acerca do modelo de masculino imposto sobre meninos e homens e como isso acaba por silenciá-los ao longo da vida frente às construções sociais; e, “Chega de fiu fiu” dirigido por Amanda Kamanchek e Fernanda Frazão e produzido por Brodagem Filmes em 2018, que estabelece um diálogo entre vítimas, opressores e estudiosos do tema violência de gênero, buscando dar visibilidade e questionar as violências que as mulheres são submetidas quotidianamente.

Para avaliar como as temáticas mediadas foram percebidas e internalizadas pelo público participante, questionários avaliativos foram elaborados, levando em consideração a quantidade de pessoas previstas, as faixas etárias e o tempo disposto para mediação do conteúdo. Ao final de todas as atividades realizadas pelas(os) extensionistas do projeto de extensão, foi distribuído ao público participante o questionário avaliativo para que fosse respondido de modo voluntário. A aplicação dos questionários pautou em dois objetivos centrais: avaliar o entendimento das(os) extensionistas mediadas(os), bem como as suas percepções em torno da temática proposta e viabilizar as(aos) extensionistas mediadoras(es) instrumentos para uma autoavaliação em torno da atividade mediada; prática comumente adota na avaliação de desempenho de mediadores em processos de ensino e aprendizagem.

A partir das respostas do público participante no questionário avaliativo de feedback, foi possível tecer entendimentos e percepções acerca das atividades da extensão realizadas na e com a comunidade. Para organizar e interpretar os dados, optou-se pelo procedimento de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) a fim de viabilizar a análise feita com base em inferências. Feito isso, as categorias de análise foram estruturadas nos quadros 1, 2, 3 e 4, ilustrando as ponderações e as (re)significações das(os) extensionistas participantes, sendo: vivências das docentes no

projeto de extensão; vivências das(os) acadêmicas(os) no projeto de extensão; vivências do público contemplado no projeto de extensão.

Os resultados encontrados mostram uma relevante contribuição mútua entre as(os) extensionistas que mediarão e as(os) que foram mediadas(os) nas atividades propostas. Com a finalidade de compreender as dimensões dessas contribuições, é possível visualizar no quadro 1, os apontamentos das docentes responsáveis pelo referido projeto de extensão sobre suas práticas e sugestões para aprimoramento.

QUADRO 1: Vivências das docentes no projeto de extensão.

Questionamento	Respostas
Quais foram suas impressões sobre a sua prática docente na extensão?	1. A extensão enriqueceu a minha prática docente não apenas pela possibilidade de ampliar o alcance da atividade docente, mas pela grata descoberta de talentos entre os acadêmicos. A relevância da nossa atuação fica mais evidente no contato com a comunidade e o aprendizado que essa interação oferece é muito relevante.
	2. A Universidade emerge da sociedade. Logo, precisa dialogar constantemente com os diversos grupos sociais e, conseqüentemente, compreender as suas perspectivas, os seus comportamentos e os seus valores, enquanto sujeitos únicos e singulares que escrevem sua própria história e (re)criam cultura. Participar disso possibilitou-me (re)significar minha prática docente.
Caso tenha, elenque ponto(s) positivo(s) e negativo(s)	3. Positivo: Aprendizado da extensão em si. Os feedbacks das pessoas participantes do projeto foram muito positivos. Negativo: Pelas circunstâncias da nossa atuação no segundo semestre, as atividades nas escolas não foram tão participativas quanto gostaríamos.
	4. Positivo: O envolvimento pessoal e profissional dos extensionistas que foi ocorrendo de modo gradual, bem como a apropriação das responsabilidades e dos conteúdos por eles desenvolvidos. Negativo: Aspectos burocráticos institucionais que não permitiram que fosse selecionado com antecedência as/os acadêmicas/os bolsistas e voluntárias/os, culminando num planejamento das atividades feito às pressas.
Caso tenha, apresente contribuições e sugestões de melhoria para o projeto.	5. Aumento do número de bolsistas e de suas cargas horárias.
	6. A realização de um trabalho de qualidade demanda uma carga horária compatível com as atividades desenvolvidas. Logo, a carga horária destinada aos bolsistas da extensão precisa ser ampliada, assim como a carga horária dos professores da extensão, pois exige muito tempo, dedicação e responsabilidades complexas.

Fonte: Elaboração própria.

Diante das respostas apresentadas, é possível destacar que na visão das docentes do referido projeto de extensão, a extensão universitária é uma forma de

professores e acadêmicos vivenciarem na prática elementos de suas áreas de atuação. Demonstram, assim, que a extensão universitária não é um “assistencialismo” à sociedade, mas uma forma de integrar, de ampliar visões, de trocas de experiências, formando o tripé universitário juntamente com o ensino e a pesquisa.

É possível ressaltar, na perspectiva das professoras, que a extensão universitária não pode ser visualizada e vivenciada como esforços paralelos dos docentes e dos discentes envolvidos, deve sim, ser apoiado pela Universidade como um todo, uma vez que sua prática está relacionada indissociavelmente ao ensino e a pesquisa, e, portanto, propaga conhecimento científico, a partir dos anseios da sociedade.

Diferentemente da pesquisa, a extensão não oferece aos membros da comunidade acadêmica um status elevado como possuem os pesquisadores, ponderam Monte (2005) e Fernandes, *et al.* (2012). Essa situação faz com que muitos docentes e discentes não se sintam atraídos em desenvolver atividades extensionistas. Outro aspecto, destacado pelos autores, que também contribui para esta falta de interesse pela extensão é a ausência de recursos oriundos de órgãos financeiros, que destinam, em sua maioria, financiamento para projetos de pesquisa. Essa falta de recursos, é um grande obstáculo para os docentes, pois, muitas vezes, não são remunerados adequadamente, levando em consideração o tempo dedicado para as atividades de extensão que exige planejamento, formação dos acadêmicos, acompanhamento dos acadêmicos nas suas práticas e feedbacks das práticas realizadas.

Outro empecilho é a falta de interesse por parte da Universidade em realizar atividades extensionistas como acrescentam Carbonari e Pereira (2007) e Fernandes, *et al.* (2012): o tratamento que a extensão recebe no próprio contexto da Universidade, que elege como prioridade o ensino e a pesquisa, podendo ser percebida, por exemplo, quando se faz análise de currículo para processos seletivos acadêmicos, pontua-se as atividades de ensino e pesquisa, relegando para um plano secundário as atividades extensionistas; a falta de divulgação da extensão nos cursos da Universidade, muitas vezes os acadêmicos não têm conhecimento dos projetos e ações em andamento; a falta de recursos financeiros para a elaboração e execução dos projetos, isso envolve questões relacionadas ao docente acompanhar os acadêmicos até as comunidades e a compra de materiais para o desenvolvimento das atividades, estamos falando de custos e que, por vezes, ficam a cargo do docente que não é remunerado para tal (realidade de uma

instituição de ensino não-pública) e; por fim, a ausência da extensão nos currículos dos cursos.

QUADRO 2: Vivências das/os acadêmicas/os no projeto de extensão.

Questionamento	Respostas
<p>Quais foram suas impressões sobre a sua prática no projeto de extensão?</p>	<p>1. Bastante positivas. Como aluna voluntária, essa experiência foi bastante enriquecedora no meu processo de aprendizagem e também uma forma de profissionalização, uma vez que nos coloca em contato com a vida real, pessoas da comunidade, com quem trabalharemos no futuro. Também com relação a extensão, achei um diferencial a disposição que as professoras responsáveis tiveram para nos auxiliarem, em todas as demandas, com orientação ampla sempre que a gente precisou. Então, eu entrei com alta expectativa no projeto, mas as ações superaram elas. Foi super gratificante e eu não parei de falar sobre essa experiência com todo mundo!</p> <p>2. Este projeto foi um divisor de águas na minha vida, pois por meio dele me senti segura para falar abertamente sobre os assuntos estudados, que são atuais e muito importantes de serem transmitidos para além do Campus.</p> <p>3. Gostei muito do meu desempenho como acadêmico voluntário, já havia trabalhado em outros dois projetos de extensão, mas esse foi diferente, tanto a capacitação, quanto a didática adotada e o apoio ofertados foram melhores e acabou deixando, nós, acadêmicos mais seguros e com a possibilidade de apresentar um material de qualidade a todos os jovens atendidos. O debate com eles foi muito legal. Poder receber seus relatos, informar-lhes de seus direitos, contribuir para que eles revejam suas opiniões e (re)pensar sobre seu papel em nossa sociedade e até mesmo (re)pensar minhas próprias opiniões, não tenho palavras para descrever.</p> <p>4. Positivos: a temática abordada, a liberdade de abordagem (filtragem de tema mais específico, definição da forma de abordagem com a comunidade, etc.); a orientação/suporte das professoras. Negativos: não tenho.</p>
<p>Caso tenha, elenque ponto(s) positivo(s) e negativo(s)</p>	<p>5. Foi um momento de aprendizagem muito valioso, compartilhar as experiências e também compreender a vivência do outro foi uma experiência ótima. Muito valioso foi perceber o quanto a minha dedicação em aprender o tema fez diferença na hora de compartilhá-lo, não foi a experiência do dia que me transformou, foi a responsabilidade que me foi dada, foi o conhecimento absorvido, foi sentir as mãos suando ao me deparar com 100 alunos ansiosos pelo o que viria. Foram momentos incríveis sou uma pessoa melhor hoje por ter tido o privilégio de ouvir e aprender com o outro.</p> <p>6. Positivos: Organização; grande estudo e conhecimento disseminado pelas professoras responsáveis dentro da temática proposta; poder transmitir o conhecimento adquirido no curso; troca de saberes; despertar de grandes emoções e sentimentos até então ocultos; conhecimento de histórias reais durante os diálogos e palestras; poder tratar sobre as causas, consequências e responsabilidades dentro do tema “Violência contra a mulher”, entre muitos outros pontos</p>

	positivos. Pontos negativos: Início tardio das atividades, sendo que com o curto tempo que tivemos já foram feitas coisas divinas, imagina se tivéssemos realizado esta atividade desde o início do ano.
	7. Acho que deveria ter mais atividades como esta, da extensão, aqui no curso do Direito.
	8. Positivos: consigo ter um diálogo ou fazer uma apresentação tranquilamente em frente a vários ouvintes, sem ter tanto medo. Posso melhorar: ter mais agilidade para me adaptar a alguma situação inusitada.

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 2, é possível visualizar como algumas(uns) acadêmicas(os) internalizaram as suas vivências no referido projeto de extensão e como se propuseram a avaliar os pontos positivos e negativos. A formação das(os) acadêmicas(os) para atuarem na extensão foram realizadas de modo conjunto, colaborativo e compartilhado. Pôde ser percebido que as atividades de planejamento, avaliação e discussão conjunta das ações do projeto contribuíram para um agir reflexivo e, conseqüentemente, nos saltos qualitativos na formação das(os) acadêmicas(os) voluntárias(os). Logo, pode ser notado que as(os) acadêmicas(os) veem no grupo da extensão uma rica fonte de aprendizagem, em que houve trocas de experiências, mediadas pela produção teórica, possibilitando uma formação qualificada e o interesse por continuar no projeto.

Não há como analisar as respostas das(os) acadêmicas(os) voluntárias(os) sem fazer um paralelo com as respostas das professoras do referido projeto de extensão, isso porque ficou claro, por meio de suas colocações, a importância da extensão como função essencial no ensino superior brasileiro, tanto para o aperfeiçoamento dos discentes, quanto para o processo de formação continuada dos docentes, para que ambos busquem uma maior integração com os demais setores da sociedade, fortalecendo as lutas sociais e a construção do pensamento crítico.

Nos apontamentos das(os) acadêmicas(os) voluntárias(os), fica evidente que se sentiram empoderadas(os) e gratificadas(os) em participar no desenvolvimento do processo de empoderamento dos sujeitos participantes, visando a conscientização e internalização da temática proposta, auxiliando na construção de soluções para os problemas identificados nos diálogos estabelecidos diante das ações realizadas.

QUADRO 3: Vivências do público contemplado no projeto de extensão.

Questionamento	Respostas
O que você achou da atividade realizada? Justifique.	1. Me ensinou coisas que eu não sabia e me fez mudar outras coisas que pensava.
	2. Foi comentado algumas violências que acontece no dia a dia, e, eu fiquei com a impressão que eu faço isso. Não quero fazer mais.
	3. Fiquei muito satisfeito, acho que a escola estava precisando mesmo de eventos conscientizantes como este.
	4. Amei de mais, porque vocês mulheres maravilhosas estão levando este tema tão importante para as pessoas. Vocês foram incríveis.
	5. Me emocionei em vários momentos. Porque muito do que foi falado eu conheço na prática. Com a palestra, senti esperança de que é possível mudar a minha realidade.
O que mais chamou sua atenção no evento realizado? Justifique.	6. As histórias contadas e muitos termos que eu desconhecia (<i>Gaslighting, Mansplaining, Manterrupting, Bropriating</i>), com certeza sairei daqui com outra visão de mundo e bem mais atenta a todas as situações.
	7. Poder ver o que acontece com várias mulheres todos os dias.
	8. Passamos por essas violências todos os dias e, ainda, tem gente que não acredita que isso acontece.
	9. Não sabia sobre o “silêncio dos homens”. A gente produz violência e sofre também do mesmo jeito. Só que diferente.
	10. Pessoas que cresceram com padrões de antigamente tem chance de mudar o futuro.

Fonte: Elaboração própria.

Diante das pontuações apresentadas no quadro 3, é possível perceber que o público participante consegue reconhecer a violência consigo mesmo e/ou com outras pessoas. Isto é, conseguiu se visualizar dentro de um sistema social e cultural capaz de promover violência. Cabe destacar que quando as violências de gênero não são escancaradas, discutidas e refletidas, não há conscientização e tampouco prevenção.

O fato é que em 2018, o Brasil registrou 4.254 homicídios dolosos de mulheres, 1.173 destes foram registrados como feminicídio. O Estado de Santa Catarina (SC) contribuiu para esta estatística com 42 casos de feminicídio. O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) divulgou em um relatório que compreende os anos de 2011 a 2018 e mapeia o perfil dos casos de feminicídio, que dentre os 353 casos de feminicídio ocorridos neste período, 70% das vítimas já tinham sofrido alguma agressão anterior, seja ela física, psicológica, moral, sexual e/ou patrimonial (SSP/SC, 2019). O que reitera a necessidade de estruturar a educação como uma forma de construir uma sociedade mais crítica, reflexiva, democrática, justa e que respeita as diferenças inerentes ao ser humano, como por exemplo, o gênero.

Os altos índices demandam ações que atuem no campo das fontes sociais de fomento da violência de gênero. Ao longo dos últimos anos pesquisadores como Beauvoir (2016), Bourdieu (2012), Butler (2018), Gesser (2019), Beiras (2012); Minayo (2006), Hirigoyen (2006), Gomes (2012) propuseram e vêm propondo sentidos e significados diversos para a promoção de saúde e prevenção/enfrentamento da violência de gênero. Muito tem sido discutido sobre a necessidade de se pensar propostas/ações voltadas a uma educação para o empoderamento feminino, promoção de saúde e prevenção da violência contra a mulher que façam sentido para os sujeitos sociais, possibilitando-os construir conhecimento, autonomia, responsabilidade, criticidade, solidariedade e tornando-os autores de sua própria história frente às constantes transformações sociais.

É importante pontuar que o empoderamento é um conceito amplo e não deve ser entendido segundo León (2000) pela simplicidade de dar poder às mulheres, mas como estratégias em nível individual e coletivo que promovam mudanças na situação de submissão feminina construída historicamente. Cabe enfatizar que mesmo diante das opressões enfrentadas, as mulheres são sujeitos capazes de resistir e de agir e é isso que fundamenta o investimento no seu empoderamento e na sua emancipação. Nesse contexto, destaca-se o papel da extensão como instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. Por isso essa temática se faz necessária de ser trabalhada nas instituições de ensino, e, essa necessidade ficou evidente nas pontuações do público.

QUADRO 4: Vivências do público contemplado no projeto de extensão – aprimoramento dos eventos realizados.

Questionamento	Respostas
O que você acha que algo poderia ser diferente no evento? Qual sua sugestão?	1. Tinham alunos do curso do Direito que estavam nervosos e inseguros pra falar. Mas estavam lá, as professoras que tentaram tranquilizar eles, e, elas explicaram bem. Achei que deu tudo certo.
	2. Fazer um evento com mais tempo pra gente falar mais.
	3. Não. Achei bom.
	4. Queria que tivesse tido mais tempo para nós falarmos.
	5. Poderia ter vários eventos como este. Cada um estudar uma coisa diferente, porque é tudo interessante.

Fonte: Elaboração própria.

É muito interessante perceber como o público capta as sensações das(os) acadêmicas(os) extensionistas quando cita o nervosismo e a insegurança vivenciado por

eles na condução das atividades. Imbuída nessa fala está o sentimento de segurança que as docentes imprimem ao estarem presentes, acompanhando as atividades desenvolvidas na extensão universitária. Mediar a transcendência dos conteúdos apresentados em sala de aula para o contexto prático é uma tarefa importante por parte do docente e a práxis é a “atitude (teórico-prática) humana de transformação da natureza e da sociedade. Não basta conhecer e interpretar o mundo (teórico) é preciso transformá-lo (práxis)” (PIMENTA, 2010, p. 86). Nessa esteira, acredita-se que a práxis acontece de modo significativo quando os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem se apoiam mutuamente. Logo, a presença do docente possibilita orientar o conhecimento para a construção de um saber. Essa construção do saber deve ser consciente por parte do acadêmico, para que, desse modo, seja efetivada e diminua sua insegurança.

Notou-se a partir das respostas do público participante, que houve uma demanda por lugar de fala. Sentiram vontade de se expressar mais sobre o assunto abordado e sugeriram atividades com mais tempo de execução para viabilizar um tempo maior de fala. Ficou evidente que o público participante quer falar e ser ouvido, está buscando aprender e compartilhar suas experiências com maior protagonismo. Tal retorno foi revelador e bastante positivo, pois confirma a importância da proposição de diálogos constantes com os jovens para proporcionar-lhes espaço de autonomia e protagonismo, olhar-lhes como sujeitos com saberes, desejos e anseios que devem ser partilhados e considerados.

A extensão, como espaço estratégico para promover atividades acadêmicas integradoras entre áreas distintas do conhecimento, fortalece a interdisciplinaridade. Este projeto de extensão, Direito Intergeracional e Transversalidade, satisfaz essa condição. Tomando como base as experiências relatadas, vale dizer que sem a extensão, as Universidades podem ficar desconectadas das comunidades em que estão inseridas, além de estarem alijadas de instrumentos e condições capazes de propiciar, aos novos profissionais, uma formação integral consolidada.

Considerações finais

Diante do exposto, é válido destacar que a extensão universitária se faz essencial para acadêmicos desenvolverem o senso crítico e a capacidade de problematização e ressignificação de conhecimentos, previamente adquiridos na academia, bem como sua aplicação, em situações concretas pois, “[...] além de reter a

informação, o aprendiz necessita ter um papel ativo para significar e compreender essa informação segundo conhecimentos prévios, construir novos conhecimentos e saber aplicá-los em situações concretas” (VALENTE, 2014, p. 81). Ao desenvolver as atividades de extensão junto à comunidade, as(os) acadêmicas(os)-voluntárias(os) da extensão tiveram a oportunidade de exercitar e aperfeiçoar tais capacidades, para além das fronteiras do ensino superior tradicional.

Isso pôde ser mensurado por meio das avaliações dos sujeitos que participaram da extensão e pela análise qualitativa dos impactos obtidos com as ações do projeto, que promoveu o intercâmbio entre universidade e comunidade, mostrando-se ser primordial para a desconstrução de padrões sociais, indispensável para a mudança do *status quo* em busca de uma sociedade mais igualitária. O diálogo com a comunidade se apresentou produtivo e fértil, trazendo resultados além do esperado, uma vez que devido algumas intercorrências que surgiram ao longo do semestre, como a redução da carga horária dos acadêmicos-bolsistas, que realizam entre tantas funções, atividades administrativas, que são fundamentais para dar suporte às docentes responsáveis pelo projeto, que, por sua vez, também têm uma carga horária demasiada pequena para dar conta da amplitude, intensidade, complexidade e responsabilidade que as ações da extensão exigem.

No que tange aos reflexos das ações da extensão universitária na comunidade, foi possível perceber no público participante o desenvolvimento de noções da dimensão das temáticas mediadas e, principalmente, a autocrítica. As respostas do público participante demonstram a efetividade do debate amplo, aberto, em que tiveram espaço (dentro do tempo institucional disponível) para expor seus pontos de vista e opiniões, bem como ouvir os colegas, para o desenvolvimento do senso crítico, demonstrando-se dispostos em (des)construir posicionamentos e ampliar o debate em seus respectivos grupos sociais.

Embora as mulheres sejam as principais vítimas da violência, elas não devem ser colocadas em uma condição de passividade. O (re)conhecimento das condições de exploração e opressão constitui elemento fundamental de subversão e luta, as quais devem ser protagonizadas pelos sujeitos que vivenciam tais condições, uma vez que cada uma e cada um deve lutar em seu próprio nome. Não é por acaso que na história das lutas por emancipação das mulheres, negros e escravizados, a educação sempre se revelou como uma das mais importantes pautas de reivindicações, já que não é

possível lutar contra uma situação sem antes compreendê-la. Esse processo depende de uma educação para emancipação. Nesse sentido, as atividades do projeto de extensão pretenderam fornecer apoio e subsídios para o desenvolvimento do processo de empoderamento, que envolve, desde uma dimensão cognitiva – compreensão crítica sobre a realidade – até uma dimensão psicológica, econômica e política. O desenvolvimento de uma consciência crítica é estágio necessário de um processo amplo que envolve diversas frentes de atuação, uma vez que a “natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será” (BERTH, 2018, p. 27).

Por fim, cabe ressaltar, que a extensão se apresentou como oportunidade para as(os) acadêmicas(os) desenvolverem uma visão mais humana do Direito, ao ver as aplicações dos conhecimentos jurídicos para além das relações legais – petições, tribunais, contratos, etc. – desenvolvendo seu lado humano e cidadão, criando relações mais horizontais entre futuros operadores do direito e a sociedade de modo geral. Assim, a extensão se pôs na esteira da busca e da descoberta de novos saberes existentes nos espaços sociais, muitas vezes, não reconhecidos pelas Universidades.



Referências

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015, pp. 33-58.

_____; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. *ATLAS da Violência 2019*; organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em outubro de 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: Fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 v., 2016.

BEIRAS, A. *La (de)construcción de Subjetividades em um Grupo Terapêutico para Hombres Autores de Violência em Sus Relaciones Afectivas*. 352p. Tese (Doutorado em

Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2012.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORGES, R; MAIA, K. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras: relatório*. São Paulo: OXFAM, 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_unne.pdf. Acesso em setembro de 2019.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. *LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. In: _____. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em agosto de 2019.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A Extensão Universitária no Brasil, do Assistencialismo à Sustentabilidade. *Revista de Educação*, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. 2ª edição. Datafolha Instituto de Pesquisas. Março, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em outubro de 2019.

GOMES, R. B.; LOPES, P. H.; GESSER, M.; TONELI, M. J. F. et al.. Novos Diálogos dos Estudos Feministas da Deficiência. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, p. 48155, 2019.

GOMES, R. M. Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Transtorno de Esresse Pós-Traumático: Um enfoque cognitivo comportamental. *Revista de Psicologia da IMED*, vol.4, n.2, p. 672-680, 2012.

HIRIGOYEN, M. F. *A Violência no Casal: Da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOOKS, b. *O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas arrebatadoras*. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

LEÓN, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. *Estudos Feministas*. v. 8, n. 2, p. 191-207, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935/11201>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. *Rev. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras*. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

MINAYO, M. C. de S. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2006.

MONTE, A. F. *Reflexões Sobre Extensão e Universidade no Contexto Atual*. 2005. Monografia (Especialização em Docência do Ensino Superior) -Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

OXFAM. BRASIL. *Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Brasília. 2020

PASINATO, W.; LEMOS, A. K. Lei Maria da Penha e Prevenção da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. In VIZA, B; SARTORI, M. C.; ZANELLO, V. (Org.). *Maria da Penha Vai à Escola: Educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: TJDFT, 2017.

PETRONE, T. Prefácio à edição brasileira. In: ARRUIZZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

PIMENTA, S. G. *O Estágio na Formação de Professores: Unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2010.

SABADELL, A. L.; PAIVA, L. de M. L. Diálogos entre feminismo e criminologia crítica na violência doméstica: justiça restaurativa e medidas protetivas de urgência. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 153, mar. 2019. pp. 173 – 206.

SOUSA, A. L. L. *A História da Extensão Universitária*. 1. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2000.

SSP/SC. *Indicadores de Violência Contra a Mulher em Santa Catarina*. Santa Catarina, 2019. Disponível em: <http://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/87-noticias/356-feminicidio>. Acesso em junho de 2019.

TELES, M^a A. A.; MELO, M. de. *O Que É Violência contra a Mulher*. São Paulo, Brasiliense, 2002.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 4, p. 79-97, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe4/0101-4358-er-esp-04-00079.pdf>. Acesso em novembro de 2019.

VIZA, B; SARTORI, M. C.; ZANELLO, V. (Org.). *Maria da Penha Vai à Escola: Educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: TJDFT, 2017.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2015. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/pesquisa/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>. Acesso em junho de 2019.

Recebido em abril de 2020.

Aprovado em maio de 2020.

Revista
Diversidade
e Educação